



PLANEJAMENTO PLURIANUAL SUA IMPORTÂNCIA E IMPLICAÇÕES NA GESTÃO ESTADUAL - CAPPA

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

71 . 3115.3565 | ucs.seplan@seplan.ba.gov.br | www.seplan.ba.gov.br

O PPA Participativo como Política Territorial para uma nova pactuação pelo desenvolvimento sustentável e a democracia participativa na Bahia

O PPA-P é, antes de tudo, um projeto político de transformação social.

PPA-P COMO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

A realização de um PPA Participativo em nosso estado é mais do que uma escuta social. É um processo de mobilização e organização social, capaz de trazer para o centro das atenções reflexões que são fundamentais para a consolidação de uma democracia moderna.

PPA-P: MOMENTO DE ALTA QUALIDADE POLÍTICA

Gera questionamentos e diálogos sobre o exercício do poder público, a execução orçamentária, o nível de arrecadação do Estado, as bases econômicas da Bahia, as condições de operação do Governo, o nível de compromisso do Governo para com a sociedade e para com as contribuições desta mesma sociedade.

PPA-P: COMO IDEALISMO

É, antes de tudo, um projeto político que se insere num plano de transformação social mais amplo, que gera discursos, críticas, acusações, defesas e ideologias, portanto, um projeto que se estabelece primeiro como ideia, como utopia. Posiciona-se no campo, portanto, do *idealismo*

PPA-P: COMO FATO

- ❖ É a realização do ideal, feito nas bases materiais, circunstanciais, cheias de contradições, vieses, frustrações, limitações, divergências, paixões...

- ❖ Refletindo com o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético.

A DIALÉTICA DO PPA-P

- ❖ Por um lado, **a sociedade** é levada a pensar seus problemas, as condições materiais e subjetivas que os causam, refletir sobre as potencialidades dadas e latentes disponíveis e construir, a partir daí, as propostas de ações políticas para o Estado executar.
- ❖ Por outro, **o Estado** é levado a reconhecer suas limitações materiais e subjetivas para realizar tais pleitos que ficarão sempre à frente, ainda que se disponha a contemplá-los e a esforçar-se para atender parte deles.

Ocorre com isso uma **franqueza rara e muito cara à política**, ainda mais em Estados como o nosso, de longa tradição de mentiras e engodos.

ESTA FRANQUEZA

É a parte mais importante para o avanço democrático da Bahia. E por quê?

- ❖ Porque ela é o elemento fundamentalmente novo na cultura política, com o poder de desconstruir padrões de pensamentos, mudar a mentalidade negativista e acusatória sobre a política de Estado.

- ❖ Esta mudança de mentalidade é o elemento histórico mais importante para a *transformação sustentável* da democracia baiana.

A GOVERNANÇA DETERMINA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Uma vez potencializada como sujeito político de influência, a sociedade passará a exigir dos Governos, quaisquer que sejam, um comportamento correspondente, e saberá medir melhor o que pode e o que não pode ser feito em 4 anos e quererá saber para onde estão indo os recursos e a ordem de prioridade de sua execução.

AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DO ESTADO/GOVERNO

A colocação disso na prática vai depender muito da vontade política do Governo e do que este vai ter de enfrentar internamente no campo das contradições internas de seus agentes, partidos e ideologias, bem como na capacidade financeira e nos mecanismos de agilização e de articulação.

META: ADESÃO DAS SECRETARIAS

O avanço rumo á territorialização do planejamento e do orçamento do Estado passa pelo PPA-P. O Nível de atendimento das prioridades territoriais por parte das Secretarias de Estado é quem dirá, na prática, o quanto estaremos materializando nosso ideal, o quanto estamos acreditando na estratégia territorial como caminho para o desenvolvimento sustentável e equilibrado da Bahia

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

É o espaço para a diluição da ocorrência do fisiologismo municipal e sua trama nociva com os parlamentos e os partidos, rebaixando sempre a ação pública para uma ação paroquial, de grupo, mesquinha e impedidora do desenvolvimento.

Fortalecer os Colegiados Territoriais como sujeitos políticos dos territórios é colocar a concertação e a mediação política no bojo dos interesses coletivos mais elevados, ao menos mais diversificados.



Fonte: CEDETER, 2011.

PPA-P COMO PACTUAÇÃO

Para isso, o PPA-P deve representar uma pactuação entre Governo e Territórios, fortalecendo esta aliança e sedimentando as bases de uma nova forma de relação política e de desenvolvimento. O pacto deve se dar em torno de **2 consensos**:

- ❖ **Primeiro** a definição do que seja o mínimo e o seu conteúdo para cada território. Este conteúdo deve ser **fruto do consenso do Colegiado (incluindo, onde não se fizer presente, as prefeituras)**.
- ❖ **O segundo, a definição do que seja estratégico e de acordo com o interesse do Governo.** Aqui, chega-se àquela realização do *materialismo dialético*, como referimos acima.

O CAMINHO DO MEIO

Não se alcança o ideal, simplesmente porque ele é inalcançável historicamente, mas se chega a inovações e avanços possíveis e de acordo com as condições materiais e subjetivas do contexto histórico em que vivemos. Fique claro que as limitações são de Governo e de Sociedade.

OBRIGADO!

SEPLAN/DPT
Marcelo Rocha
(71) 3115-3665